

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998
 Balanço Patrimonial - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Sudeste - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

**SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
 Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Sudeste**

CNPJ: 61.699.567/0071-03

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Sudeste**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de abril de 2023. São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM



Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais

	2022	2021
ATIVO		
Ativo Circulante	17.251.485,08	25.140.343,55
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	416.384,79	145.756,08
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	360,41	400,64
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	416.024,38	145.355,44
Contas a Receber nota (Nota 3.3)	16.650.836,64	24.836.463,46
Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - Ame Idoso Sudeste (Nota 3.3.1)	15.330.924,00	23.494.909,20
Valores em Negociação Contrato/Convênio (Nota 3.3.2)	1.318.367,42	1.318.367,42
Outros Créditos (Nota 3.4)	1.545,22	23.186,84
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.1)	1.545,22	23.186,84
Despesas Pagas Antecipadamente	2.391,67	1.938,64
Prêmios de seguros e outros a vencer (Nota 3.6)	2.391,67	1.938,64
Estoques (Nota 3.5)	181.871,98	156.185,37
Materiais utilizados no setor de nutrição (Nota 3.5)	10.388,49	11.270,43
Materiais utilizados no setor de farmácia (Nota 3.5)	11.307,76	10.021,77
Materiais Almoxarifado (Nota 3.5)	160.175,73	134.893,17
Ativo Não Circulante	22.116.128,10	22.339.023,96
Ativo realizável a Longo Prazo	21.154.630,00	21.154.630,00
Contratos/Convênios Públicos a Receber (Nota 3.7)	21.154.630,00	21.154.630,00
Ativo Imobilizado - Bens Moveis (Nota 3.8)	2.460.554,77	2.453.553,58
Imobilizado - Bens de Moveis (Nota 3.8)	2.460.554,77	2.453.553,58
Ajuste vida útil - Bens de Moveis - (Nota 3.8)	(1.499.056,67)	(1.273.512,48)
Ativo Intangível Terceiro (Nota 3.8.1)	162.007,08	162.007,08
Intangível-Bens de Moveis (Nota 3.8.1)	162.007,08	162.007,08
Ajuste vida útil - Bens de Moveis (Nota 3.8.1)	(162.007,08)	(157.654,22)
Intangível Terceiros (Nota 3.8.1)	(162.007,08)	(157.654,22)
Total do Ativo	39.367.613,18	47.479.367,51

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado
 Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais

	2022	2021
1 - Receitas	18.906.729,88	14.212.307,68
1.1) Prestação de serviços	15.419.417,64	11.747.633,72
1.2) Outras Receitas (-) Receitas		
Anuladas do Exercício Anterior	3.567,76	3.322,60
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	3.483.744,48	2.461.351,36
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	3.076.370,19	2.540.690,23
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	327.629,83	299.291,30
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	2.604.066,94	2.063.250,94
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	7.001,19	68.605,47
2.4) Outro	137.672,23	109.542,52
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	15.830.359,6	11.671.617,45
4 - Retenções	0,00	0,00
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	15.830.359,69	11.671.617,45
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	0,00	0,00
6.1) Receitas financeiras	0,00	0,00
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	15.830.359,69	11.671.617,45
8 - Distribuição do Valor Adicionado	15.830.359,69	11.671.617,45
8.1) Pessoal e encargos	12.049.588,77	8.988.795,73
8.2) Impostos, taxas e contribuições	3.004,62	4.163,80
8.3) Juros	13.455,57	379,45
8.4) Aluguéis	280.566,25	216.927,11
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	3.483.744,48	2.461.351,36
8.6) Déficit ou Superávit do Exercício	0,00	0,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e no município de sua sede, respectivamente pelos decretos nºs 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial da Associação é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento, prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Com o crescimento Institucional, a SPDM vem expandindo sua área de atuação com projetos, em desenvolvimento, na área da Assistência Social e na área Educacional. Toda essa gama de atividades consolida, cada vez mais, a SPDM como uma instituição filantrópica de grande porte, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil, visando principalmente garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, atua na área da assistência social e promove formação e treinamento na área da saúde entre outros. **Características da Unidade Gerenciada:** Em abril/2012 foi apresentado pela SPDM para a Secretaria de Estado da Saúde, o projeto Centro de Referência Para o Idoso (CRI - Vila Mariana) baseado na experiência da equipe em cinco anos de trabalho na gestão do Csi Vila Mariana no período de 2007-2012. Após dois anos fechado para obras, em 18 de julho de 2016 é inaugurado o Ambulatório Multidisciplinar Especializado no Idoso - Ame Idoso Sudeste. Com atendimento médico especializado em diversas áreas, métodos diagnósticos, fisioterapia e grupos de convivência e atividades físicas. A partir da Resolução SS 11 de 17.02.2016 DOE 18.02.2016 iniciou em 01.06.2016 a Gestão da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** e o Estado de São Paulo, firmando o contrato de gestão processo nº 001.0500.000.006/2016. Em 2021 a unidade gerenciada teve seu Contrato de Gestão renovado por mais 5 anos com vigência 01.06.2021 a 31.05.2026, no valor Global estimado em de R\$ 43.768.200,00. Em dezembro de 2021 contratante celebrou um Termo Aditivo 01/2022 no valor de R\$ 14.741.269,20 para custeio do exercício de 2022, em 16/12/2022 foi celebrado o T.A 03/2022 para recomposição orçamentária para recurso de custeio no valor de R\$ 311.905,90. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **1.1-Isenção Tributária e característica da isenção:** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com a Lei Complementar nº 187, de 16 de Dezembro de 2021, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, apresentando as seguintes características: A Instituição é regida por legislação infraconstitucional; A isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contrapartida); Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo; Há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2022, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos
 Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais

	2022	2021
RECEITAS		
Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições	18.903.162,12	14.208.985,08
(+) Serviços - Saúde	18.791.700,96	14.130.126,97
Contratos/Convênio Afiliado (Nota 4.1)	15.301.595,85	11.666.866,75
Isenção usufruída - INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)	2.897.643,16	2.038.162,06
Isenção usufruída - INSS Serviços Terceiros (Nota 9.2)	22.049,60	1.849,15
Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.3)	459.047,87	350.005,99
Isenção usufruída - PIS (Nota 9.4)	105.003,85	71.334,16
Trabalhos Voluntários (Nota 10)	6.360,63	1.908,86
(+) Outras Receitas com Restrições	11.146,16	78.858,11
Estrutura SPDM	11.146,16	78.858,11
Receita Líquida de Serviços Prestados	18.903.162,12	14.208.985,08
(+) Outras Receitas	3.567,76	3.322,60
(+) Outras Gerais-Saúde	3.567,76	3.322,60
Outras Receitas	939,39	0,00
Doações Recebidas (Nota 4.3)	2.628,37	3.322,60
(=) Receita Líquida com Restrições	18.906.729,88	14.212.307,68
Custos e Despesas		
(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições (Nota 4.2)	12.498.709,76	9.783.564,58
(-) Serviços	9.894.729,51	7.846.609,76
(-) Serviços - Pessoal Próprio	8.574.754,67	6.713.919,77
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica.	1.315.829,42	1.132.689,99
(-) Mercadorias	327.629,83	299.291,30
(-) Isenção usufruída - INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)	2.175.216,00	1.580.250,39
(-) Isenção usufruída - INSS Serviços Terceiros (Nota 9.2)	22.049,60	1.849,15
(-) Pis Folha de Pagamento (Nota 9.4)	79.084,82	55.563,98
(-) Despesas Operacionais com Restrições (Nota 4.2)	6.408.020,12	4.428.743,10
(-) Serviços	4.989.793,00	3.382.959,23
(-) Serviços - Pessoal Próprio	3.688.473,47	2.272.967,10
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	1519.104,32	1.108.083,27
(-) Trabalho Voluntário (Nota 10)	6.360,63	1.908,86
(-) Mercadorias	49699,45	39.404,79
(-) Tributos	3.004,62	4.163,80
(-) Isenção usufruída - INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)	727.427,16	457.911,67
(-) Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.3)	459.047,87	350.005,99
(-) Isenção usufruída - PIS (Nota 9.4)	25.919,03	15.770,18
(-) Outras Despesas com Restrições	158.128,99	178.527,44
(-) Despesas Financeiras	39.666,64	31.063,86
(-) Despesas - Bens Permanentes de Terceiros	7.001,19	68.605,47
(-) Estrutura SDPM	111.461,16	78.858,11
(=) Totais Despesas	18.903.162,12	14.212.307,68
(=) Superávit/Déficit do Período com Restrições	0,00	0,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/Déficit do exercício/período	0,00	0,00
Ajustes p/conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	0,00	0,00
Resultado na venda/baixas de ativos imobilizado	0,00	0,00
Ajuste nas contas patrimônio Líquido	0,00	0,00
Varições nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	8.163.985,20	(7.018.829,90)
(Aumento) Redução outros créditos	21.641,62	(21.151.123,09)
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	(453,00)	1.252,80
(Aumento) Redução em estoques	(25.686,61)	(6.032,30)
Aumento (Redução) em fornecedores	1.319.710,33	299.579,94
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/contratos de gestão	(9.055.936,23)	26.403.566,76
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(152.632,57)	996.440,51
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(222.895,86)	(210.392,08)
Caixa Líquido consumido pelas atividades operacionais	47.732,85	(685.537,36)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	0,00	0,00
(-) Aquisição de imobilizado	0,00	0,00
(-) Adição de Bens de Terceiros	222.895,86	210.392,08
(-) Adição de Bens intangíveis	0,00	0,00
(-) Direito de Uso	0,00	0,00
Caixa líquida consumido pelas atividades de investimentos	222.895,86	210.392,08
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimo e financiamento	0,00	0,00
(-) Pagamentos de Empréstimo e financiamentos	0,00	0,00
Juros pagos por empréstimo	0,00	0,00
Caixa líquida consumido pelas atividades de financiamentos	0,00	0,00
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	270.628,71	(475.145,28)
Saldo inicial de Caixa e equivalente	145.756,08	620.901,36
Saldo final de caixa e equivalente	416.384,79	145.756,08

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

11.941/2009 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elabora suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - (R1) e suas alterações referentes a Entidades sem Finalidade de Lucros, a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em Notas Explicativas para esse tipo de Entidade. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, são segregadas as informações referentes à Área da Saúde, Área Social e Área Educacional nos termos do artigo 6º da Lei Complementar 187/2021 e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - (R1), sendo que os valores que têm por origem recursos públicos e os recursos próprios. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - ITG 2000 (R1) e CTG 2001 (R3):** As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define as formalidade da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A entidade apresenta seus documentos e livros contábeis em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que exige a apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balanços, assinados digitalmente com certificado digital, a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada:** **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Sudeste.** Rua Domingos de Moraes, 1.947 - Vila Mariana, São Paulo - SP CEP 04009-003, CNPJ nº 61.699.567/0071-03. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme

para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1-Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2022 o montante de de R\$ 416.384,79.

	Saldo em R\$ 31/12/2022	Saldo em R\$ 31/12/2021
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Saldos em Bancos	360,41	400,64
Aplicação Financeira de Curto Prazo	416.024,38	145.355,44
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	416.384,79	145.756,08

Os recursos financeiros são controlados de acordo com a sua natureza (custeio e/ou investimento), permitindo a identificação por tipo de verba (municipal, estadual ou federal), assim como sua origem (identificação do instrumento contratual celebrado). **Distribuição dos Recursos Financeiros - Por Natureza, Tipo de Verba e Origem dos Recursos**

	Saldo em R\$ 31.12.2022	Saldo em R\$ 31.12.2021
Custeio - Recurso Estadual		
Contrato de Gestão nº SES-PRC -2020-51665	416.384,79	145.756,08
Total de Recursos Disponíveis	416.384,79	145.756,08

3.2- Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Rentabilidade % Mês/Ano	31/12/2022		31/12/2021	
			Saldo em R\$	Saldo em R\$	Saldo em R\$	Saldo em R\$
Banco do Brasil 110566-3	CDB DI SWAP	Taxa = 92,00%	416.024,38	145.355,44		
Total			416.024,38	145.355,44		

* a instituição mantém esforços para operar com as melhores taxas disponíveis na instituição financeira. **3.3-Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme (NBC TG 07 R2) - Subvenção e Assistência Governamentais e conforme (ITG 2002 R1) Entidade sem finalidade de lucros a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1- Valores a receber - Circulante:** Os valores registrados nesta conta em 31/12/2022 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão nº SES-PRC -2020-51665, **Processo Origem/2023: SES-PRC-2020/51665** de 27/12/2022 proveniente da Secretaria De Saúde do Estado de São Paulo, e totalizaram o montante de R\$ 15.330.924,00 (Quinze Milhões, trezentos e trinta mil, novecentos e vinte quatro reais) **Valores a Receber em 31.12.2022 (Em Reais)**

Origem/Tipo/Nature

...continuação relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **3.5-Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção, até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total dos estoques no exercício de 2022 é de R\$ 181.871,98.

Tipo	Valores em Reais	
	31.12.2022	31.12.2021
Materiais utilizados no setor de Nutrição	1.392,99	11.270,43
Materiais utilizados no setor de Farmácia	11.307,76	10.021,77
Materiais de Almoxarifado	169.171,23	134.893,17
Total	181.871,98	156.185,37

3.6 - Despesas Pagas Antecipadamente: As despesas antecipadas são aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes. Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e de imóveis. Para atender medidas preventivas

Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2021	Aquisição do Exercício	Baixa	Posição em 31/12/2022	
Imobilizado-Bens de Terceiros	2.453.553,58	7.001,19	0,00	2.460.554,77	
Bens Móveis	2.453.553,58	7.001,19	0,00	2.460.554,77	
Aparelho, Equipamentos, Utensílios Médico, Odontológico, Laboratório	1.468.183,93	0,00	0,00	1.468.183,93	
Equipamentos de Processamento de Dados	311.213,38	0,00	0,00	311.213,38	
Mobiliário em Geral	331.577,65	0,00	0,00	331.577,65	
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	298.307,17	7.001,19	0,00	305.308,36	
Aparelhos e Utensílios Domésticos	34.362,45	0,00	0,00	34.362,45	
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	8.619,00	0,00	0,00	8.619,00	
Outros Materiais Permanentes	1.290,00	0,00	0,00	1.290,00	
Total Imobilizado - Terceiros	2.453.553,58	7.001,19	0,00	2.460.554,77	
Total Intangível bens - Terceiros	162.007,08			162.007,08	
Software	162.007,08	0,00	0,00	162.007,08	
Descrição	Posição em 31/12/2021	Ajuste Vida Útil	Baixa	Posição em 31/12/2022	%
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(1.431.166,70)	(229.897,05)	0,00	(1.661.063,75)	
Bens Móveis	(1.431.166,70)	(229.897,05)	0,00	(1.661.063,75)	
Aparelho, Equipamentos, Utensílios Médico, Odontológico, Laboratório	(658.532,25)	(146.817,81)	0,00	(805.350,06)	10
Equipamentos de Processamento de Dados	(276.513,19)	(10.872,96)	0,00	(287.386,15)	20
Mobiliário em Geral	(161.169,91)	(33.157,61)	0,00	(194.327,52)	10
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	(158.512,99)	(30.268,65)	0,00	(188.781,64)	10
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(14.125,16)	(3.436,24)	0,00	(17.561,40)	10
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	(4.379,48)	(861,92)	0,00	(5.241,40)	10
Outros Materiais Permanente	(279,50)	(129)	0,00	(408,50)	10
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(1.431.166,70)	(229.897,05)	0,00	(1.661.063,75)	
Total Intangível Vida útil de Bens de Terceiros	(1.431.166,70)	(229.897,05)	0,00	(1.661.063,75)	
Software	(157.654,22)	(4.352,86)	0,00	(162.007,08)	20

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo do Ajuste da Vida Útil, exaustão e amortização". **3.8.1 - Ajuste Vida Útil Econômica - Bens Móveis:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.9. Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.9-Fornecedores de Mercadorias:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.9.1-Fornecedores de Serviços PF/PJ:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiras pessoas física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços gerais como limpeza e vigilância e segurança. Manutenções preventivas, consultoria e Auditoria, Serviços de remoções etc. **3.10-Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11-Contribuição a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS. **3.12-Provisão Férias e Encargos (Férias, FGTS e 13º Salário):** Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de Férias	R\$ 916.025,72	R\$ 1.122.320,10
Provisão de FGTS p/Férias	R\$ 73.193,94	R\$ 89.655,50

3.13-Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS. Cujos valores são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente, ISS até o dia 10 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. **3.14-Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o § 1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2022 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 47.640,79 e em 2021 foi de R\$ 27.151,24. **3.15-Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados abaixo, se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de Despesas	245.760,65	138.448,89
Total	245.760,65	138.448,89

3.16-Convênio/Contratos Público a Realizar (Circulante e não Circulante): De acordo com a Norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e ITG 2002(R1) - Entidade sem finalidade de Lucros, Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2022 representa R\$ 13.265.971,03, e a realizar em longo prazo representa R\$ 21.154.630,00. **3.17-Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.18 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", ao que se refere o ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços

adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade. Os valores segurados são definidos pelo valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.7 - Valores a receber - Ativo não Circulante:** Os valores registrados nesta conta em 2022 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão nº SES-PRC -2020-51665, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 21.154.630,00. **3.8 - Imobilizado - Bens de Terceiro:** O imobilizado do Ame Idoso Sudeste é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para os quais possuímos documentos de permissão de uso. Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo do Ajuste da Vida Útil, exaustão e amortização".

na área hospitalar, a SPDM por vezes é acionada em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processo administrativo e cobranças propostas por fornecedores. Para processos em que a possibilidade de perda em 31.12.2022 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo no valor de R\$ 0,00. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor de 0,00 e "remota" o valor de R\$ 0,00. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2022, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas, no montante de R\$ 50.000,00. Para ações em que a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 0,00. Com relação às execuções tributárias não tivemos não tipo de ação.

SPDM - AME Idoso Sudeste			
Passivas	Trabalhista	Cível	Tributária
Provável	50.000,00	-	-
Possível	-	0,00	-
Remota	-	0,00	-

4-Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1-Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2022 tais valores representam o montante de R\$ 32.852,61. **4.2-Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais os utilizam no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2022 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 2.628,37, doações estas que são compostas por bens permanentes (equipamentos médicos) e mercadorias de estoques e espécie. **4.4- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2022, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº	Origem dos Recursos	Natureza e Tipo de Verba	Valor Global (R\$)
61.699.567/0071-03	Contrato de Gestão nº SES-PRC -2020-51665 T.A 01.2022	Custeio - Verba Estadual	R\$ 14.176.347,47
	Contrato de Gestão nº SES-PRC -2020-51665 T.A 03.2022	Custeio - Verba Estadual	R\$ 311.905,90
Total			14.488.253,37

5- Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das nor-

mas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2022 e 2021, respectivamente. **6 - Resultado Operacional (Subvenção):** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 14.488.253,37(Quatorze milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, duzentos e cinquenta e três reais e trinta e sete centavos; acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 36.420,37(Trinta e seis mil, quatrocentos e vinte reais e trinta e sete centavos; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 15.416.624,77(Quinze milhões, quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e vinte quatro reais e setenta centavos; encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R\$ -891.951,03 (Oitocentos e noventa e um mil e novecentos e cinquenta e um reais e três centavos). **6.1 Ênfase ao Resultado:** O AME Idoso Sudeste encerrou o exercício de 2022 deficitário e este desequilíbrio financeiro está associado a supressão do custeio os meses de abril e dezembro de 2022 em 3,8322%. Cabe ressaltar que apesar de todos os esforços empreendidos para corresponder ao orçamento, não foi possível equilibrar o custo operacional tendo em vista o aumento dos gastos da unidade nesse período de pandemia no qual vivemos nestes últimos anos. Tivemos percentagens exorbitantes de inflação o que gerou um aumento significativo nos preços dos insumos, dissídios consideráveis, reajuste em contratos, etc. **7 - Das Disposições da Lei Complementar 187 de Dezembro de 2021:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido na Lei Complementar 187/2021, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congêneros com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2022 nesta unidade a seguinte produção:

Produção-Datasus	2022
Linha de Atendimento	24.473
Atendimento não médico	5.426
Atendimentos em Grupos	3.524
Cirurgia ambulatorial	67.124
Consulta médica	239
Procedimentos Odontológicos	10.740
Procedimentos Terapêuticos - (Sessões)	239
Serviço Odontológico	507
Serviço Social	15.4815
SADT Total	267.087
Total Geral Atendimentos ambulatorial em 2022	267.087

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2022						
Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado
Consulta médica	36.660	27.014	36.660	40.519	73.320	67.533
Consulta não médica	22.848	14.180	22.848	14.595	45.696	28.775
Cirurgia ambulatorial	1.920	1.450	1.920	1.478	3.840	2.928
SADT Externo	5.640	3.833	5.640	5.660	11.280	9.493
Atendimento odontológico	1.140	6.331	1.140	3.100	2.280	9.431
Procedimentos Terapêuticos não médicos - Sessões	9.048	11.465	9.048	11.490	18.096	22.955
Atendimento em Grupo	510	6.090	510	5.732	1.020	11.822

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2022			
Receitas	Custeio		Investimento
Repasses do Contrato de Gestão	R\$ 14.488.253,37	-	-
Receitas Financeiras	R\$ 32.852,61	-	-
Outras Receitas	R\$ 10.373,50	-	-
Total das Receitas	R\$ 14.531.479,48	-	-
Despesas	Custeio		Investimento
Despesas com Pessoal	R\$ 12.256.192,41	-	-
Serviços de Terceiros	R\$ 1.398.805,98	-	-
Materiais e Medicamentos	R\$ 133.507,31	-	-
Outras Despesas	R\$ 472.345,07	-	-
Total das Despesas	R\$ 14.260.850,77		R\$ 0,00

9- Isenções e Contribuições Sociais Usufruídas: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2020, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as isenções usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2022 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 3.483.377,48. (Três milhões quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos). **9.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2022, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 2.897.643,16 (Dois milhões e oitocentos e noventa e sete mil, seiscentos e quarenta e três reais e dezesseis centavos). Em 2021, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 2.038.162,06 (Dois milhões e trinta e oito mil, cento e sessenta e dois reais e seis centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição**

...continuação **Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceira pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2022 atingiu um montante de R\$ 22.049,60 (Vinte de dois mil, quarenta e nove reais e sessenta centavos), e em 2021 é de R\$ 1.849,15 (Um mil, oitocentos e quarenta e nove reais e quinze centavos). **9.3-Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2022 foi de R\$ 459.047,87 (Quatrocentos e cinquenta e nove mil, quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2021, esse montante foi de R\$ 350.005,99 (Trezentos e cinquenta mil, cinco reais e noventa e nove centavos). **9.4 - Isenção para PIS sobre**

a Folha de Pagamento: A Entidade usufruiu da isenção da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2022 R\$ 105.003,85 (Cento e cinco mil, três reais e oitenta e cinco centavos). 2021, esse montante seria de R\$ 71.334,16 (Setenta e um mil, trezentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos). **10-Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002(R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário

sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. A instituição possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Em 2022, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.215,21; em 2020 estes valores foram de R\$ 1.908,86. Outros trabalhos voluntários em 2022 totalizaram R\$ 4.145,15, em 2021 não tivemos trabalhos voluntário. **11-Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

<p>Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM</p>	<p>Dra. Marcia Maiumi Fukujima - Diretora Técnica - CRM: 60897</p>	<p>Washington de Oliveira da Silva - Contador - CRC 271587/O-9</p>
<p align="center">Relatório dos Auditores Independentes</p>		
<p>Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Sudeste) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A</p>	<p>administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de au-</p>	<p>ditória apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 31 de março de 2023. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3, Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.</p>